



O BRASIL NO CONTEXTO ESTRATÉGICO MUNDIAL

José Maria do Amaral Oliveira

"O Brasil, sem alienar a sua individualidade, mas, ao contrário, despertando-a, deve observar o que se passa lá fora, para aproveitar as lições fornecidas pelos povos mais velhos, mais experientes e cultivados".

A citação é do ilustre brasileiro Antonio Carneiro Leão, sociólogo e educador no início do nosso século, referindo-se aos deveres das novas gerações brasileiras.

Com ela, o autor, após analisar a ambiência estratégica mundial, em diferentes contextos, e identificar a posição do Brasil dentro dela, finaliza a palestra que realizou, em outubro de 1986, no Ciclo de Extensão sobre Estratégia, da Escola Superior de Guerra, que aqui se transcreve.

A citação continua atual. O artigo fornece uma compreensão "do que se passa lá fora", em termos estratégicos, e segue uma postura para o Brasil nesse contexto.

Da aula inaugural do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia e do Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, que tive a honra de proferir em março de 1986, transcrevo o seguinte trecho:

Considero que a sociedade brasileira, como um todo, vem enfrentando e continuará a en-

frentar uma série de desafios e indefinições que dificultam uma nítida percepção, quer de nosso posicionamento no contexto da ambiência internacional, quer de nossa própria vivência interna. Percepção que não apenas é influenciada pelos interesses e aspirações dos diversos segmentos que a constituem, mas, também, pelas ações e reações que se proces-

sam, ininterruptamente, no campo internacional, as quais, certamente, produzem seus efeitos, às vezes aleatórios, em nossa própria ambiência.

e, continuando:

Se examinarmos, por curiosidade, algum tratado sobre relações internacionais e que tenha sido publicado ao início da década de 1940, lá não iremos encontrar termos, hoje em dia tão conhecidos, como, por exemplo: Guerra Nuclear; Guerra Fria, "Détente", Nações Unidas; ONU; Pacto de Varsóvia; Mercado Comum Europeu; Relações Norte-Sul; Mísseis Balísticos Intercontinentais; capacidade de ataque inicial; destruição mútua garantida; iniciativa de defesa estratégica etc.

Delinear o cenário em que hoje integram, praticamente, cento e sessenta nações que coabitam este planeta deverá ser, a meu ver, o primeiro tópico da tarefa proposta. Com isso, poderíamos identificar as causas básicas dos desafios e indefinições que dificultam a nítida percepção do "para onde vamos".

Em consequência, será possível, então, elaborar alguns parâmetros com relação à posição brasileira, quer na conjuntura atual, quer no tocante a perspectivas futuras no contexto de nossos interesses e aspirações.

Considero que nos defrontamos com um fato básico na atual convivência humana, o qual irá representar o ponto de partida de minha ar-

gumentação, qual seja: *duas Nações extremamente fortes disputam a condição hegemônica do poder.*

Esta é uma realidade que pretendo analisar sob três aspectos: no seu contexto histórico; no contexto imperialista; e em seu contexto global.

No trato de qualquer desses aspectos estaremos usando os termos "geopolítica", "estratégia" e "geoes-tratégia". Parece-me, pois, necessário oferecer minha interpretação sobre o seu significado.

A *Geopolítica* relaciona-se à combinação dos fatores políticos e geográficos que configuram uma nação, ou área geográfica enfatizando a influência de geografia sobre a política.

A *Estratégia* refere-se à aplicação planejada e lógica de meios para alcançar objetivos vitais. No caso em pauta, refiro-me, portanto, a uma Estratégia nacional.

A *Geoestratégia* trata da interação das considerações estratégicas com aquelas da Geopolítica.

De maneira geral, a visão que temos, quanto à distribuição das massas terrestres e da ambiência líquida que compõem este pequeno planeta, baseia-se na chamada *projeção de Mercator*. Assim, desde 1569, a superfície terrestre é geralmente representada em mapas e cartas, considerando-se um ponto focal no centro da terra e cuja projeção é feita em um cilindro que tangencia o globo terrestre no Equador. Esta representação apresenta distorções significativas e que podem nos conduzir a conclusões, até certo ponto, inadequadas.

Uma visão de nosso globo ter-

restre partindo do espaço, por exemplo, mostraria, de maneira nítida, que os oceanos (os quais cobrem mais de dois terços da superfície terrestre) não representam fatores geográficos significativos no isolamento dos continentes.

Pelo contrário, eles se combinam em um único oceano — o Oceano Mundial —, o qual vem possibilitando, através dos séculos, a interação entre as grandes ilhas que conhecemos como continentes.

Zbigniew e Brzezinski, que foi o Conselheiro de assuntos de segurança do presidente dos Estados Unidos entre 1977 e 1981, nos conta um fato interessante.

No início de 1985, um Ministro das Relações Exteriores de um dos países da OTAN estava visitando o seu colega Andrei Gromyko em Moscou.

Após uma longa conversação, Gromyko confidenciou ao seu interlocutor que, várias vezes por semana, ele se quedava a analisar um mapa do mundo e refletir sobre o seu significado — quantas vezes, nós, ocidentais, assim procedemos, tentando visualizar os imperativos históricos e geográficos que estruturam o relacionamento de uma nação com o resto do mundo?

Todavia, o mapa, conforme foi observado por Gromyko, não seguia fielmente as regras estabelecidas pela projeção de Mercator. O mapa padrão na União Soviética preconiza como ponto de tangência a latitude de 40°N e, deste modo, Moscou situa-se na posição central do mundo.

Assim projetado, observa-se a presença gigantesca e unificada da Eurásia, na qual apenas algu-

mas áreas de sua periferia não são dominadas, ou controladas, por Moscou.

A África, ao sul, parece ser apenas um apêndice da Eurásia. Uma vasta massa líquida separa o hemisfério ocidental, de dimensões visivelmente reduzidas, e que é dominado política, econômica e militarmente pelo seu maior inimigo — os Estados Unidos.

No contexto dessa visão poderia parecer até absurdo que a nação norte-americana esteja tão profundamente envolvida em assuntos políticos e econômicos relacionados ao continente eurasiático, desde Gibraltar até Kamchatka. Para Gromyko, somente um propósito agressivo explicaria a determinação daquela nação, tão distante, em manter as periferias — a Europa Ocidental, o Extremo Oriente e o sul da Ásia — fora da esfera de influência soviética, um propósito visando, apenas, prejudicar os legítimos interesses da União Soviética.

Para ele, dentro de um entoque geopolítico, o oceano deveria constituir-se na fronteira natural da Eurásia.

Na realidade, os mapas podem auxiliar o raciocínio, como também provocar interpretações incorretas.

A projeção de Mercator tradicional, por exemplo, dá a nós brasileiros a falsa impressão de que nos debruçamos totalmente sobre a África. Na realidade, a costa norte até o ponto saliente do Nordeste representa o limite inferior de um importante segmento da área marítima que conhecemos como Atlântico Norte.

Já tenho mencionado em outras palestras a idéia errônea que pre-

dominou nos Estados Unidos, no início da década de 1940, no sentido de que o inimigo japonês situava-se diretamente a oeste de São Francisco.

Quando efetuamos uma avaliação geopolítica do globo terrestre, as conclusões são mais distintas do que aquelas de uma simples análise de um mapa. Em uma tal avaliação estaremos levando em conta o potencial e o poder econômico, assim como o tamanho de população e, principalmente, sua vitalidade.

Existem também os fatores qualitativos intangíveis como, por exemplo, a criatividade social, a inovação tecnológica e, especialmente, o dinamismo cultural.

É evidente que o fator geográfico exerce influência ponderável no convívio externo. Existe uma íntima ligação entre a geografia e o poder político; entre o território e o povo que nele habita; entre tendências históricas e prioridades geopolíticas.

Se não levarmos em conta todos esses fatores, uma política externa ficará privada do elo vital que deve relacionar o poder nacional a uma estratégia nacional.

Consideremos agora o *contexto histórico* da disputa pela hegemonia, a que me referi.

É possível afirmar que o relacionamento soviético-norte-americano constitui um exemplo histórico clássico do conflito entre duas grandes potências.

Um conflito que antecede o início do atual século e, portanto, um período de tempo significativo em termos de história moderna.

O expansionismo russo no século XIX já preocupava a jovem nação norte-americana. A guerra da

Criméia, a penetração nos Balcãs e no Oriente Médio, assim como a pressão russa estabelecida contra a rota de abastecimento inglesa para a Índia, são fatos históricos que provocaram reações e preocupações entre as personalidades mais esclarecidas da elite norte-americana. Até mesmo a proposição de Marx em seu manifesto comunista ("A derrubada violenta da burguesia constitui a base para o domínio pelo proletariado") serviu mais tarde, após a revolução de 1917, como um elemento catalisador para a configuração desse conflito. Alexis de Toqueville, nos idos de 1850, afirmava que tal conflito seria inevitável, considerando que ambas as nações iriam, eventualmente, dispor de um poder capaz de "modificar os destinos do globo terrestre".

Mahan, ao desenvolver o interesse norte-americano pelo poder marítimo e pela posse de bases no além-mar, certamente contribuiu para que as considerações geoestratégicas ampliassem, com o passar do tempo, o antagonismo entre duas nações, ambas possuindo enorme potencial e com objetivos estratégicos globais.

Um fato, apenas, ilustra a preocupação norte-americana quanto à ameaça soviética. Ao final da Primeira Guerra, durante um período de tempo razoável, Estados Unidos e seus aliados ocidentais empenharam-se em uma campanha no território soviético, proporcionando apoio aos contra-revolucionários, visando a eliminar o então governo bolchevista.

Mais tarde, em 1937, quando Raoul de Castex, em suas teorias

estratégicas, nos fala do perturbador, ele apenas confirma a aversão natural que se estabeleceu entre o detentor do "heartland" e as nações periféricas. Sua consideração mais importante, na realidade, é de antever que, em determinado momento, o perturbador – consolidada sua posição central – deslocar-se-ia para os mares e oceanos em um crescente desafio aos poderes marítimos tradicionais.

Esse conflito não se refere apenas a ideais ou a concepções políticas. É evidente que a competição ideológica exerce sua influência, mas o seu valor tem declinado com o passar dos anos, à medida que diminui o fervor revolucionário soviético.

O conflito pode ser configurado, basicamente, pelos níveis de poder e de influência sobre outras nações e territórios, assim como pela posse de um poderio militar que se destina a intimidar, ou a conter o opositor. As condicionantes geopolíticas e estratégicas são predominantes na determinação do enfoque, da substância e, eventualmente, do resultado desse conflito histórico.

O colapso do sistema internacional clássico calcado no continente europeu, ao fim da Segunda Guerra Mundial, provocou, naturalmente, a definição nítida do conflito.

A Grã-Bretanha dominava, política e financeiramente, tal sistema e buscava manter, ainda que precariamente, um equilíbrio de caráter global entre grandes impérios (o inglês e o francês), pequenos impérios europeus, duas grandes nações continentais (Alemanha e Rússia)

e um império emergente (o Japão).

Na época, os Estados Unidos eram essencialmente uma nação periférica, em termos dos assuntos internacionais, condição imposta pela rejeição no Senado de sua entrada para a Liga das Nações.

Em 1945, encerrou-se definitivamente esta fase da história. Estruturou-se uma nova ordem política.

Passaram a existir apenas duas nações poderosas, ambas, praticamente, não-européias.

Os Estados Unidos, que já vinham exercendo uma influência global, e a União Soviética, que possuía maior território, aspiravam também, por razões históricas e ideológicas, atingir uma ascendência global.

A União Soviética teria logicamente de identificar a nação norte-americana como representando o principal obstáculo para a consecução de suas aspirações. Inicialmente, a meu ver, para os Estados Unidos, a União Soviética representava apenas uma ameaça à segurança de seus aliados, uma ameaça a ser enfrentada através de uma política de contenção militar cuidadosamente elaborada.

Prudentemente eles a evitaram. O ponto mais crítico já atingido foi o da guerra indireta e das soluções de compromisso, como na Coreia, na Áustria, e em Cuba, ou a derrota, como no caso do Vietnã.

A arma nuclear é a única responsável por essa condição. Sua capacidade de destruição faz com que sejam negados os benefícios tradicionais da vitória militar.

E, assim, atingimos a um cenário em que a hostilidade entre os dois oponentes amplia-se progressivamente, sendo seguida, porém, de um sentimento de insegurança que acompanha esse crescimento.

Tudo é feito para que o opositor não obtenha qualquer tipo de supremacia militar pois que, na ambiência da guerra nuclear, não haverá tempo suficiente para uma mobilização, após o seu início.

Examinemos agora a disputa pela hegemonia quanto ao aspecto que denominei de *contexto imperialista*.

Na realidade, a competição entre Estados Unidos e União Soviética não é uma disputa entre nações e, sim, entre impérios.

Vamos, todavia, entender o termo "império" como sendo um sistema hierárquico de relacionamento político e que dispõe de um centro controlador de decisões.

O império moscovita estrutura-se em três níveis. No nível superior está o que eu chamaria de império russo. Cerca de 135 milhões de russos exercem o predomínio sobre uma população de, aproximadamente, 140 milhões de não-russos, dos quais 50 milhões são ucranianos e 50 milhões são islamitas de origem asiática.

No nível intermediário, situa-se o império soviético. Moscou controla as nações-satélites em que habitam cerca de 120 milhões de europeus, 15 milhões de afegões e dois milhões de mongóis. O terceiro nível inclui os clientes imperiais, tais como: Cuba, Nicarágua, Vietnã, Etiópia, Iêmen do Sul e a Coreia do Nor-

te. Todos dependem de Moscou quanto à orientação política, apoio militar e auxílio econômico, e totalizam uma população de 130 milhões.

Tudo isso é o produto de um contínuo expansionismo, que teve início com Pedro, o Grande, no pequeno Ducado de Moscou.

Em termos geoestratégicos, seria possível apresentar uma explicação para esse contínuo crescimento. A ausência de fronteiras nitidamente definidas (uma característica que remonta ao início da história humana naquela área geográfica), assim como a necessidade de novas áreas para a garantia de sobrevivência, fez da expansão territorial não apenas uma vantagem, mas, e principalmente, o processo óbvio de adquirir segurança. Uma tal expansão provocava, como consequência, novos conflitos, novas ameaças e daí um novo impulso expansionista. Um ciclo histórico infundável foi colocado em movimento: a insegurança gerava o expansionismo; o expansionismo conduzia à insegurança, esta, por sua vez, alimentava a necessidade de um posterior expansionismo. Se analisarmos o crescimento do território soviético, nos últimos dois séculos, iremos constatar que, a cada ano, Moscou expandiu-se o equivalente à área de uma Holanda.

Com o passar de tempo desenvolveu-se na população russa um tipo de consciência nacional, que poderia ser definida como a mistura de um messianismo religioso, que associa Moscou à terceira Roma, do instinto nacionalista de sobrevivência e de poder e, mais recentemente, de propaganda de uma distinção ideológica universal.

Se, para os ocidentais, a diversidade em pensamento e ações é uma condição lógica em uma sociedade, o componente ideológico da visão global dos soviéticos enfatiza o princípio de que toda humanidade é governada pelas "leis rígidas da História". Assim sendo, logicamente, só a liderança sabe interpretá-las.

Esse conjunto complexo de motivações ajudou a criar e manter uma visão do mundo em que o estímulo para atingir a hegemonia — o qual, durante décadas, tem sido avaliado pela competição com os Estados Unidos — transformou-se no *leit motif* da vida soviética.

É evidente que tal condição teria de provocar uma colisão com a potência marítima que havia atravessado os oceanos para conter o expansionismo de Moscou nas extremidades ocidental e oriental do continente eurasiático.

É preciso reconhecer, também, que o expansionismo norte-americano assemelha-se, extraordinariamente, àquele processado pela União Soviética.

Isto é especialmente verdadeiro durante o século XIX, quando foram incorporados grandes áreas geográficas então pertencentes ao México.

De outro lado, o expansionismo norte-americano, principalmente durante o período de "destino manifesto" na mudança do século, veio a demonstrar o enfoque oceânico do poder norte-americano. Cuba, o Caribe, a América Central, o Havaí, as Filipinas são exemplos clássicos desse expansionismo.

O sistema imperial norte-americano atingiu sua máxima amplitude depois da Segunda Guerra Mundial

quando, por exemplo, o seu produto nacional-bruto representava mais da metade do produto mundial.

Pelas mais diversas razões, internas e externas, a nação norte-americana não poderia ficar alheia ao que se passasse em qualquer ponto do mundo.

Do mesmo modo que em relação à União Soviética, os Estados Unidos passaram a defrontar-se com imperativos geopolíticos.

Quem controlasse a Eurásia dominaria o globo terrestre. Se a União Soviética conquistasse a periferia dessa imensa área terrestre (a Europa Ocidental, o Extremo Oriente e o sul da Ásia), não apenas obteria o controle de enormes recursos humanos, econômicos e militares. Teria, também, obtido o pequeno Ducado de Moscou.

Rivalidades e diferenças estruturais tão nítidas, historicamente, conduzem inapelavelmente à guerra.

Mesmo levando em conta que os conflitos entre nações marítimas e potências terrestres tendem a ser prolongados, a lógica histórica nos leva à conclusão que várias vezes as duas superpotências deveriam ter chegado ao estado de guerra.

Na verdade, também, embora o conflito envolvesse especificamente as duas nações, ele não deixava de incorporar um legado da antiga e quase tradicional disputa geopolítica entre os grandes poderes oceânicos e os grandes poderes terrestres.

Em certo sentido, os Estados Unidos são os sucessores da Grã-Bretanha (que por sua vez foi antecida pela Espanha e pela Holanda), e a União Soviética a sucessora da Alemanha nazista (precedida

pela Alemanha Imperial e pela França de Napoleão).

As nações marítimas efetuam a projeção de poder através da exploração das rotas marítimas, visando a estabelecer enclaves transoceânicos de influência política e econômica.

As potências terrestres buscam o predomínio continental como um ponto de partida, para ir desafiar a hegemonia do intruso transoceânico.

A História nos mostra que tais conflitos tendem a ser prolongados, não sendo suscetíveis de uma solução rápida, quer pela vitória, ou pela acomodação, conforme tem acontecido nas guerras entre nações marítimas, ou entre potências terrestres.

É possível que os fatores geopolíticos representem causa suficiente para que as duas superpotências do pós-guerra entrassem em rumo de colisão. Deveremos considerar, também, que além desse condicionante existem diferenças profundas entre as duas nações. Dentre elas citaria:

a) A experiência histórica que estruturou suas consciências nacionais. Os Estados Unidos são uma nação de imigrantes que não tinham um passado comum mas aspiravam um futuro compartilhado. A União Soviética sempre foi uma sociedade totalmente subordinada ao Estado e que se expandiu progressivamente através da conquista militar, a partir de um ponto central, o acesso às zonas geoestratégicas que conduzem ao hemisfério ocidental — os oceanos Atlântico e Pacífico.

b) Os valores filosóficos que estruturaram a vontade nacional, ou que são instituídos através de uma ideologia. A liberdade individual *versus* a su-

bordinação do indivíduo ao Estado.

c) A organização econômica.

d) A teoria dos ciclos históricos segundo a qual as grandes nações crescem, atingem a primazia e declinam quanto à sua vitalidade e poder.

Parece evidente que os Estados Unidos atingiram o pico do poder (existem até argumentos que este ponto já foi ultrapassado), mas, ainda assim, são a maior potência do mundo.

A União Soviética é uma nação que, historicamente, aspira ainda representar a terceira Roma e, devido a isso, estaria mais motivada na luta pela supremacia e, também, mais preparada para suportar os sacrifícios necessários para atingir aquele objetivo.

e) A definição do que representará uma vitória neste conflito.

Os Estados Unidos defendem, em linhas gerais, a idéia de um "mundo de paz" com uma democracia universal, associando, porém, tal condição global a uma total liderança norte-americana.

A União Soviética deseja, acima de tudo, sobrepujar os Estados Unidos; transformar-se no centro de um mundo de países socialistas e de um continente eurasiático, no qual não exista a presença ou a influência de quaisquer rivais.

Finalmente, vejamos a disputa pela hegemonia no contexto da globalidade.

Não creio haver dúvida de que, no momento atual, o conflito adquiriu um caráter global. Na verdade, verificou-se uma alteração daquilo que presenciamos nas primeiras décadas do pós-guerra.

A guerra fria teve início como uma disputa entre o poder marítimo e o poder terrestre, quanto aos destinos da Europa.

Após 1945, Stalin claramente imaginava que as forças norte-americanas deixariam o território europeu (Roosevelt fez tal afirmativa!).

Considerando-se a derrota, a destruição e até mesmo a exaustão, inclusive dos "considerados vencedores", a presença das forças soviéticas no coração do subcontinente europeu teria consequências geopolíticas decisivas.

A medida que os Estados Unidos reconheceram essa realidade e adotaram medidas para neutralizá-la, quer a própria nação norte-americana, quer a União Soviética, concluíram não ser possível atingir seus objetivos sem que, paradoxalmente, adotassem uma idêntica configuração.

Assim, os Estados Unidos adotaram a estruturação de uma potência terrestre, criando uma aliança transcontinental, posicionando grandes forças terrestres no continente europeu, e provendo-as com o apoio de forças navais e aéreas, além do componente nuclear.

Em contraste, a União Soviética contida na Europa e, de início, preocupada com o monopólio nuclear norte-americano, teve de adquirir não apenas uma capacidade nuclear, como, também, uma capacidade marítima, visando a eliminar a contenção no início da década de 1960.

Os soviéticos conseguiram atingir esses objetivos e, assim sendo, começaram a projetar sua presença política, ideológica e militar em

áreas distantes da Europa. Ocorreu a presença permanente em Cuba e na Indochina. Houve a penetração na Indonésia, África e Oriente Médio. Nos anos 70, foi desenvolvida uma ofensiva estratégica no terceiro mundo ampliando sua influência no Vietnã do Sul, Camboja, Laos, Etiópia, Iêmen do Sul, Angola, Moçambique, Afeganistão e Nicarágua.

Na presente década, a presença militar soviética possui realmente uma projeção global, ainda que a União Soviética continue sendo, predominantemente, um poder continental.

Este conflito de caráter global entre Estados Unidos e União Soviética possui características inéditas. Jamais duas potências competiram em uma ambiência tão ampla. Mais ainda, jamais o desaparecimento de um dos competidores iria significar, como consequência, uma hegemonia total e efetiva.

Todos esses eventos poderiam, também, ser analisados à luz do que se convencionou denominar de "guerra fria".

Cold War, segundo a definição do "Oxford English Dictionary", é "um estado de hostilidades e que abrange ameaças, obstruções, propaganda etc., sem a ocorrência de violência física".

Na realidade, em termos de ciência política, quando aplicada no conflito entre Estados Unidos e União Soviética, o termo *cold* é empregado com duas interpretações contraditórias: primeiro, para significar que as relações entre o Ocidente e os soviéticos estão frias, congeladas, paralisadas etc., isto é, não têm

vida; e, segundo, para significar que, embora elas sejam ruins e conflituosas, até certo ponto existe a precaução para que não seja atingido o limiar da guerra "quente".

A história das relações internacionais nos últimos cinquenta anos poderia ser dividida em quatro fases. Em termos gerais, tais fases são explicitamente definidas pelas condicionantes do relacionamento Estados Unidos-União Soviética.

Teríamos, então a primeira guerra fria, que ocorreu entre 1946 e 1953. Neste período, a União Soviética buscou recuperar-se dos efeitos da guerra e absorver os ganhos alcançados, quer na luta armada, quer nos encontros entre os grandes. Tentou, também, aproveitar-se das indecisões das nações ocidentais. Foi a época das medidas neutralizadoras em relação à Grécia e Turquia, do Plano Marshall, da Doutrina Truman, do Monopólio Nuclear, da Coreia, e de profundas modificações políticas da China.

A segunda fase histórica, e que vai de 1953 a 1969, poderia ser denominada de período de antagonismo variável.

Neste período, buscou-se diminuir o nível de confrontação e obter concordância nos assuntos internacionais e, o que é mais importante, separar os problemas internos das áreas geográficas sob o controle de cada oponente daqueles intrínsecos à disputa pela hegemonia entre Estados Unidos e União Soviética. Todas as tentativas, porém, foram inúteis, devido ao impacto de forças e tensões, até então não identificadas, sobre o próprio conflito Leste-Oeste.

Tivemos a conferência de Ge-

nebra no tocante à Indochina, o acordo de 1954 sobre a Coreia, e a conferência dos líderes ocidentais e soviéticos, em Genebra, em 1955.

Em 1956, porém, ocorreu a invasão do Egito por uma coalizão França-Inglaterra-Israel e, também, a invasão soviética na Hungria.

À visita de Krushev aos Estados Unidos, em 1959, houve a contrapartida da interrupção da Conferência de Paris, em 1960, as crises de Berlim e Laos, em 1961, e a crise dos mísseis de Cuba, em 1962.

Tivemos, também, o tratado de proibição dos testes nucleares de 1963, e, até mesmo, o estabelecimento da "Hotline" entre Moscou e Washington.

Em 1965, os norte-americanos engajaram-se definitivamente no Vietnã e na República Dominicana e, em 1967, presenciamos a terceira guerra Israel-Países Árabes. Finalmente, em 1968, as forças do Pacto de Varsóvia invadiram a Tchecoslováquia.

O terceiro período histórico vai de 1969 a 1979, e é caracterizado pela *détente*.

Uma conceituação do termo *détente*, quer no sentido em que pretendeu-se seria aplicado, quer no entendimento de cada oponente, iria exigir, na prática, uma palestra em separado.

Em rápidos bosquejos, diríamos que, em seu sentido mais amplo, e nos resultados alcançados, ele significou uma redução aparente na corrida armamentista, o uso de uma retórica em que a paz era a motivação principal. Caracterizou-se também pelo desejo ocidental de isolar-se das confrontações em termos de

Terceiro Mundo, assim como por uma redução nos sentimentos anti-comunistas nos países capitalistas (especialmente na Europa), assim como permitiu o crescimento de movimentos sociais de contestação à ordem estabelecida.

Não foi este, contudo, o raciocínio da União Soviética. Para eles, a ambiência estabelecida tinha dois significados. Em primeiro lugar, o reconhecimento tácito, pelo Ocidente, de sua importância nos destinos do mundo e, também, de seu poder. Em segundo lugar, e o que era mais importante, a oportunidade de procurar diminuir os vários *gaps* que ainda separavam a União Soviética do Ocidente; o *gap* científico e tecnológico, e, especialmente, o *gap* econômico.

O quarto período histórico inicia-se em 1979, e poderia ser denominado de segunda guerra fria. O qual reflete o que mencionamos, momentos atrás, quanto ao conflito de caráter global.

Sob certos aspectos, ele possui características semelhantes àquelas que determinaram a primeira guerra fria. Existe o sentimento da possibilidade de um conflito armado e de suas conseqüências.

Os governos ocidentais e, especificamente, os Estados Unidos, vêm clamando por uma nova capacidade militar, a necessidade de ampliação de despesas em termos de poder militar e, principalmente, defendendo a legitimidade do uso da força nas relações internacionais.

Reagan, por exemplo, falando em West Point, em 1981, dizia que: "Nenhuma nação que se baseou em acordos firmados e, ao mesmo tem-

po, abandonou sua capacitação material para a guerra, durou o suficiente para contribuir para a história da humanidade."

Tal atitude está também refletida nas posições quanto aos problemas relacionados ao Terceiro Mundo. Adotam-se preparativos e elaboram-se medidas relacionadas às intervenções em nações que não se adaptam à política externa norteamericana como, por exemplo, Líbia, Cuba e Nicarágua. Prevêem-se sanções econômicas para aquelas nações que buscam uma independência quanto às suas relações externas e, sob esse aspecto, estamos incluídos.

McNamara, como Secretário de Defesa por muitos anos, procurou definir o fenômeno da ação-reação, ou da "imagem do espelho".

No confronto Estados Unidos-União Soviética, a cada ação corresponde uma reação igual e em sentido contrário. É evidente que todo aumento no nível de tensão por parte de qualquer dos oponentes gera, inevitavelmente, um crescimento do lado de seu opositor.

Este é o momento em que vivemos! Em que existe também uma participação cada vez mais significativa de algo identificado, em termos amplos, como o Terceiro Mundo. E, no contexto desse misterioso mas atuante personagem, incluímo-nos, nós, o Brasil.

Permitam-me, porém, antes de tratar de nossa presença no cenário amplo das relações internacionais, acrescentar algo sobre o contexto global do conflito entre Estados Unidos e União Soviética.

O caráter global desse conflito

resulta não apenas dos rumos de colisão adotados, e sim pelo poder transoceânico ou pelo poder transcontinental, cada um deles apoiado em seu sistema imperial.

Existe a nítida influência dos sistemas de armas altamente sofisticadas e a evolução dos meios de comunicações.

Os atuais sistemas de armas, em termos de alcance e capacidade de destruição, tornam real o conceito da guerra global, como também a ameaça de uma total destruição.

A competição pelo controle do espaço exterior – ou, pelo menos, a negação do uso por um opositor – integra-se hoje no contexto da disputa pela hegemonia.

Ao mesmo tempo, a combinação da sofisticação nas comunicações e a melhoria de conhecimentos por parte da sociedade humana fazem com que a competição político-ideológica se torne geograficamente ilimitada. Nenhum continente deixa de ser afetado pelos clamores de ambos os oponentes, ou pelos modelos sociais propostos.

Assim sendo, o conflito entre a União Soviética e os Estados Unidos é e será, até que uma atitude irracional o interrompa, um conflito permanente com inúmeros picos de tensão.

As realidades geopolíticas e as respostas geoestratégicas – ambas influenciadas pelas diferenciações sistêmicas e ideológicas – continuarão a predominar nesse conflito.

Pela primeira vez na história da humanidade, a prudência – induzida pela imagem do holocausto nuclear – tem orientado esse conflito cujo resultado, talvez, também pela pri-

meira vez, não será determinado pela guerra, no sentido em que a conhecemos.

Na evolução do processo histórico do pós-guerra que acabei de descrever desenvolveu-se, progressivamente, um novo fator de mudanças, que, nos dias atuais, exerce considerável influência no trato das relações internacionais, e isto a despeito da predominância do tema central: a disputa pela hegemonia.

Tal fator de mudanças tem sua origem no rápido processo de descolonização. A influência desse fator provocou o aparecimento de uma ambiência instável e que é caracterizada pelo que conhecemos como Terceiro Mundo.

O processo turbulento da criação de novas nações, da adoção aleatória de alianças e do fortalecimento transitório de centros de poder regionais agregou à estrutura bipolar um significativo número de complexidades multipolares.

Tais complexidades são, a meu ver, de enormes proporções. É impossível fazer generalizações sobre o Terceiro Mundo, uma vez que existem diferenças profundas no tocante às regiões consideradas, o mesmo ocorrendo quanto à sua história, níveis de desenvolvimento, cultura política e os problemas com que se defrontam.

Uma multitude de pontos de conflito perturba grande número de nações em desenvolvimento como, por exemplo, as diferenciações religiosas e tribais, contidas em fronteiras impostas pela era colonial. Esses países defrontam-se, também, com o problema da estruturação nacional, face ao perigoso desequilíbrio

entre o crescimento populacional e disponibilidade de alimentos.

Decorrem, daí, situações imprevisíveis e de crescentes pressões em áreas em que convergem ou, até mesmo, conflitam os interesses das superpotências.

Será necessário, talvez, que os cientistas políticos e os historiadores dediquem uma maior atenção no sentido de melhor definir e descrever aquilo que, nos tempos atuais, é chamado de "nacionalismo" e que emergiu como a força política dominante em muitas áreas do Terceiro Mundo.

Estruturando no período das lutas pela independência, o nacionalismo, em termos de Terceiro Mundo, é uma força poderosa, ainda que complexa, algumas vezes conduzindo à integração e algumas vezes a situações irracionais e desagregadoras.

Se levarmos em conta o fator econômico, teremos de reconhecer que o consumo de dificuldades, que caracterizamos como o conflito Norte-Sul, interage profundamente com a competição hegemônica Estados Unidos-União Soviética.

A despeito de iniciativas promissoras desenvolvidas no período inicial do pós-guerra, a seqüência dos fatos (e nelés incluo as imensas despesas das superpotências para o seu preparo militar) conduziu à situação atual, em que dívidas externas crescentes, carência de alimentos e a conseqüente instabilidade política elevam o nível de conflito a valores perigosos na ambiência do Terceiro Mundo.

A nação brasileira desenvolveu-se no decorrer dos quatro primeiros

séculos de sua existência nitidamente influenciada pela evolução do poder marítimo. De início, pelas atividades portuguesas que levaram à descoberta do caminho para as Índias, e pela comprovação formal do descobrimento (e conseqüente posse) daquele imenso litoral, cujas dimensões totais ainda eram desconhecidas.

Portugal usou a manipulação diplomática através dos centros de poder das diferentes épocas e, em especial, o apoio do Vaticano, para garantir a nova posse. Era necessário reduzir as pressões espanholas e, além disso, deslocar ainda mais, para oeste, o meridiano das Tordesilhas.

A aliança que se estabeleceu entre a Inglaterra e Portugal poderá merecer reparos quanto ao seu custo para a Coroa Portuguesa e, especificamente, para nós, Colônia. Representou, contudo, uma garantia para que pudéssemos, até certo ponto, consolidar a imensa nação que somos hoje.

Todavia, quando nossos interesses, quer ainda como sede da Coroa de Portugal, ou como jovem império, não se harmonizaram com aqueles da "Rainha do Mares", fomos contidos: a sul, com a imposição do Uruguai; a norte, com a devolução da Guiana Francesa e o afastamento forçado de uma presença no Caribe.

O período de transição da "Pax Britânica" para a "Pax Americana" não alterou de forma significativa nosso posicionamento internacional. Continuamos sendo uma nação predominantemente marítima, mas sem projeções significativas de nosso

poder nacional sobre o imenso oceano em que nos debruçamos.

Voltamos-nos para o Oeste, buscando definir através de acordos e da intermediação diplomática – e sempre com vantagens substanciais, graças à presença de Rio Branco – nossas fronteiras com as demais nações sul-americanas. Atingimos e ocupamos posições-chave que, frente a uma geopolítica regional, a qual se, pelo menos, continuar a ser tão eficiente quanto a prospectiva portuguesa dos séculos XVIII e XIX, poderá representar tranquilidade em termos de nossos vizinhos terrestres.

Repito, porém, que nós somos uma nação voltada para o mar. O litoral nos atrai, e a própria distribuição populacional explicita esta tendência.

Uma série de eventos, ocorridos a partir da década de 1950, parece indicar que, finalmente, orientamos-nos para a ambiência marítima e, de maneira objetiva, começamos a discernir nossa correta destinação como uma grande nação, capaz de ocupar uma posição de destaque no cenário internacional. O horizonte deixou de ser apenas aquele que avistamos da praia, ampliando-se até onde nossos interesses possam ser atendidos e, também, quem sabe, ser ameaçados.

A industrialização iniciada na década de 1940 recebeu grande impulso a partir da segunda metade da década seguinte.

A ambiência externa despertou interesses, principalmente no sentido de competir, com nossos produtos e serviços, em diversos centros comerciais no exterior.

Ao analisarmos nossa capacidade

de de competir e, especialmente, de transportamos nossos produtos de exportação e recebermos aqueles itens imprescindíveis à própria vida nacional, constatamos que não dispúnhamos de meios próprios de transporte em níveis adequados nem, também, de um sistema adequadamente organizado para que, quer as exportações, quer as importações, fluíssem adequadamente até sua destinação.

Decorrem daí a implantação de uma indústria de construção naval; dos planos de expansão de nossa Marinha Mercante; da criação dos chamados corredores de exportação.

Os números refletem o esforço dispendido pela nação brasileira. De pouco mais de 1 milhão de toneladas em navios mercantes, nos idos de 1965, aos quase 10 milhões que possuímos hoje. De uma capacidade de produção de apenas pequenos navios, ao nível tecnológico atual, igualando-se ao que existe de mais avançado no mundo.

Em pouco mais de quinze anos, passamos realmente a utilizar os oceanos como via de comunicação para o comércio, prática adotada pelas nações de maior importância, por mais de quatro séculos.

Essa expansão e esse desbravamento decorrem de uma orientação e de um comprometimento adotado e assumido pelo Estado, podendo até estar expressos em termos de uma direção.

Projetar os interesses políticos e econômicos brasileiros para fora de nossas fronteiras, estabelecendo nossa presença, conquistando mercados, expan-

dindo nosso comércio, visando com isso a uma participação efetiva no cenário internacional, assim como a obtenção dos recursos necessários à continuidade de nosso desenvolvimento.

Daí, talvez, encontrem sua plena explicação duas iniciativas adotadas por nosso governo: em primeiro lugar, o entendimento franco com as nações da América do Sul, a começar pela Argentina e Uruguai, buscando eliminar dúvidas e incertezas. Agregar capacidades econômicas e somar em vez de praticar um distanciamento prejudicial; em segundo lugar, nossa proposição perante as Nações Unidas, no sentido de que o Atlântico Sul seja reconhecido como uma zona de paz e cooperação.

Em seu discurso perante a ONU, em setembro de 1985, dizia o presidente Sarney:

O Brasil fará todos os esforços que estiverem ao seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares, e de qualquer forma de confronto oriundo de outras regiões.

Até aqui procurei esboçar o cenário em que convivemos neste final de século.

É nesfa ambiência que o Brasil tenta desbravar a rota do desenvolvimento, buscando alcançar novos patamares de progresso que reflitam suas potencialidades.

Este é um momento em que nos

defrontamos com dificuldades extraordinárias em todas as áreas de nossa vivência.

Já ouvi e li, algumas vezes, a opinião de que observações, como as que mencionei quanto ao cenário internacional, traduzem, talvez, uma divagação acadêmica sobre assuntos vastos, polêmicos e alienígenas, que em nada contribui para solucionar a situação do momento: os problemas econômicos, a necessidade do crescimento industrial, o dilema populacional, as diferenças norte-sul (que não são apenas do cenário internacional, mas, em sentido inverso, de nosso próprio cenário).

Em um mundo pequeno, de intimidade, até mesmo de promiscuidade, vivemos e sofremos diversos efeitos cujas causas não estão suficientemente identificadas. Buscam-se soluções de momento, para neutralizar os efeitos, sem procurar atacar aquilo que deu origem às dificuldades que estamos enfrentando.

Neste pequeno mundo, nós somos uma nação-continente, vasta em sua extensão e recursos, porém ainda frágil em termos de uma vontade nacional, firme e objetiva.

Nação alguma é construída por forças estranhas.

É da capacidade ou incapacidade de seu povo que vai sair sua fraqueza, ou sua força, ou sua importância, ou, ainda, o seu desprestígio. Ninguém suporia que um país qualquer pudes-se ser grande por influência de outro — crescer com a atividade, a inteligência e o trabalho alheios.

Isto dizia-nos o ilustre brasileiro Antônio Carneiro Leão, sociólogo e educador, no início deste século, referindo-se aos deveres das novas gerações brasileiras.

"O Brasil", dizia ele, "sem alienar a sua individualidade, mas, ao contrário, despertando-a e desenvolvendo-a, deve observar *o que se passa lá fora* (o grifo é meu) para aproveitar as lições fornecidas pelos povos mais velhos, mais experientes e cultivados."

E conclui Carneiro Leão:

É de cultura que necessita o Brasil. Cultura física, mental, técnica, profissional, cívica social e política.

Parece-nos que, para este final de século, quando deverá ainda ser mais acelerado o progresso tecnológico, nosso problema fundamental será a valorização do homem brasileiro.

Responsabilidade que é individual e coletiva. Que significa dar muita mais que receber; aplicar, em seu verdadeiro sentido e toda sua abrangência, a participação.

Tendo sempre em mente que a realidade do mundo em que vivemos é bastante amarga, que somente os fortes e decididos e os que dispõem de tecnologia irão poder garantir os seus interesses e aspirações nacionais, em uma competição bastante acirrada com mais de uma centena de competidores, onde a inteligência, o preparo, e a cultura exercerão um papel preponderante.



Vice-Alm. JOSÉ MARIA DO AMARAL OLIVEIRA – Dentre os diversos cursos em que se diplomou figuram o de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, o Naval Command Course, SFO, U.S. Naval War College e o Curso Superior de Guerra da ESG. Foi comandante da Força Aeronaval, Diretor de Aeronáutica da Marinha do Brasil, Subcomandante da Escola Superior de Guerra do Estado-Maior das Forças Armadas. Atualmente, representa o Brasil na ONU.